

Comissão aprova acordo da dívida

Emenda garante participação de dois senadores na negociação com os bancos privados

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem o parecer do senador Ronan Tito (PMDB-MG) favorável ao acordo firmado entre o governo e os bancos credores privados para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa. A vitória do Planalto foi tranqüila: dez votos a favor, dois contra e três abstenções. Mas o parecer ainda terá de ser submetido ao plenário do Senado.

O senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), chegou a pedir o adiamento da votação para hoje — quando seu partido se reúne para tomar posição sobre o protocolo assinado entre o governo e os bancos credores —, mas a questão nem chegou a ser discutida. No final da reunião, o presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PRN-PB), telefonou para o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que está em Washington, para comunicar o resultado da votação.

Tito, que foi o relator do acordo, aceitou acrescentar a seu texto emenda do senador Maurício Corrêa (PDT-DF) que dá poderes ao Senado para indicar dois senadores — um da oposição e um da situação — para participar das negociações entre o governo e os bancos sobre o estoque da dívida, de US\$ 52 bilhões. O relator acatou também emenda do senador Esperidião Amin (PDS-SC) ressaltando que o acordo foi aprovado porque não havia outra saída. 'Esse acordo é a única janela

aberta", disse Esperidião.

O senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), um dos que votaram contra o parecer, denunciou que o governo pretende emitir cruzeiros para adquirir dólares e pagar os juros atrasados. Com base em dados oficiais fornecidos pelo Banco Central, Suplicy disse que o País não tem condições de honrar o acordo firmado com os credores privados, que envolve o desembolso de cerca de US\$ 8 bilhões.

Dos 16 senadores presentes, dez votaram a favor, dois contra, Suplicy e Ruy Bacelar (PMDB-BA), e três se abstiveram. Maurício Corrêa, Coutinho Jorge e César Dias (PMDB-RR). Lira, que seria o voto de minerva como presidente da comissão, não precisou votar. O senador Mário Covas (PSDB-SP) deixou a reunião antes da votação.